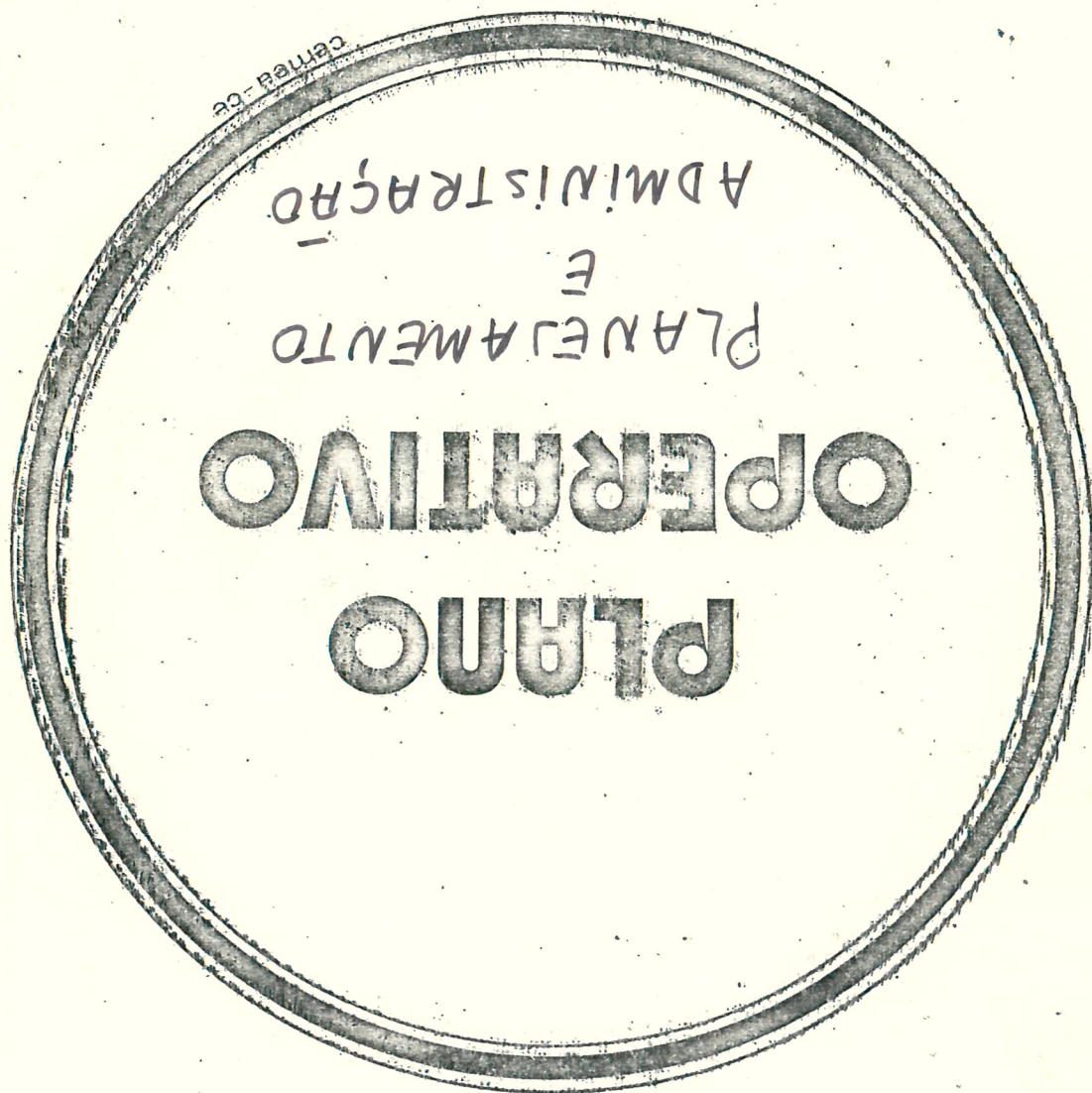


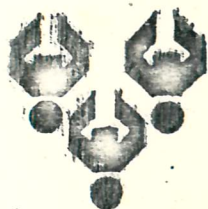
PLANA

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

1981



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO



• FORTALEZA-MAIO

PLANO OPERATIVO - 1981

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Virgílio Távora

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

Danísio Dalton da Rocha Corrêa

CHEFE DE GABINETE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Regina Alice de Miranda Bezerra

COORDENADORA DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

Maria Lúcia Corrêa Leite

COORDENADOR DAS DELEGACIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO

Elísio Gentil de Aguiar

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE APOIO TÉCNICO

Therezinha de Jesus Mesquita Ciriaco

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ENSINO

Ormeiza Fernandes Vieira de Almeida

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO

Raul Lotola de Alencar

COORDENADOR DO CENTRO DE MATERIAL DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Raimunda Jaborandy de Mattos Dourado

COORDENADORA DO CENTRO DE RECURSOS HUMANOS

Maria Edelvita de Carvalho Girão Maia

COORDENADORA DO CENTRO DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS

Mirian Pontes Juca

Este trabalho foi elaborado pela
equipe técnica da Assessoria de Pla-
nejamento e Coordenação com a parti-
cipação de todos os Diretores e equi-
pes da Secretaria de Educação.

1.JUSTIFICATIVA.....	008
2.OBJETIVOS.....	013
3.METAS GLOBAIS POR PROGRAMA.....	015
4.QUADRO RESUMO DOS PROJETOS E DAS ATIVIDADES	
4.1.PROJETOS.....	022
Projeto Atualização e Inovação de Currículos.....	023
Melhoria do Ensino da Língua Portuguesa.....	025
Revitalização do Ensino Normal.....	027
Capacitação de Recursos Humanos.....	028
Material Ensino-Aprendizagem.....	030
PRODARTE.....	032
Melhoria do Processo de Alfabetização.....	033
Planejamento da Rede Escolar.....	035
Melhoria e Expansão da Rede Física de 1º e 2º Graus.....	036
Ensino pela TV.....	038
Desenvolvimento de Educação Pré-Escolar.....	040
Educação Especial.....	041
Ensino Supletivo.....	043
Educação Física e Desportos.....	046
Cooperação Estado/Instituições Particulares.....	047
Assistência ao Educando.....	048
Melhoria do Ensino Municipal.....	050
Centro de Educação Rural.....	053
Expansão e Melhoria da Rede Física.....	054
Educação Não Formal.....	056
Ensino Agrícola.....	058
Assistência ao Educando.....	060
Recursos para administração do Programa de Zona Rural.....	063
Valorização dos Recursos Humanos da SE.....	064
Sistema Diretivo e de Planejamento.....	065
Delegacias Regionais de Educação.....	066
Cooperação Estado/Município.....	068
Integração Escolar.....	070
Centro de Treinamento.....	072
Melhoria dos Serviços Administrativos.....	073
Sistema de Informações.....	074
Avaliação do Programa de Educação Rural.....	075
Implementação do Programa de Educação no Perímetro Irrigado de Morada Nova.....	076

077	Projeto Desenvolvimento de Ações Comunitárias.....
079	" Educação e Produção.....
081	" Apoio ao Ensino de 1º Grau.....

4.2.ATIVIDADES

085	Assessoria de Planejamento e Coordenação.....
088	Departamento de Ensino.....
104	Departamento de Apoio Administrativo.....
110	Departamento de Apoio Técnico.....
119	Centro de Material Ensino-Aprendizagem.....
120	Coordenação das Delegacias Regionais de Educação.....

5.CUSTOS E FINANCIAMENTO DA PROGRAMAÇÃO

123	Projeto/Atividade.....
127	5.1.Custo da Programação Segundo a Fonte por Programa e

5.2.Custos e Financiamento da Programação

126	GABINETE DO SECRETÁRIO.....
127	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO.....
128	CENTRO DE INFORMAÇÕES.....
129	DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO.....
130	DEPARTAMENTO DE APOIO TÉCNICO.....
131	CENTRO DE MATERIAL ENSINO-APRENDIZAGEM.....
132	CENTRO DE RECURSOS HUMANOS.....
133	DEPARTAMENTO DE ENSINO.....
134	PRORURAL.....
135	PRODASEC.....
136	COORDENAÇÃO DAS DELEGACIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO.....
137	6.ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E CONTROLE.....

Para alcançar os objetivos do Plano Estadual de Educação 1979/83, tornou-se indispensável o estabelecimento de estratégias e mecanismos suscetíveis de direcionar as ações programadas. Dentre estes mecanismos escolhidos para viabilizá-las e agilizá-las, destaca-se a elaboração de PLANOS OPERATIVOS ANUAIS. Por outro lado, constatou-se na justificativa do Projeto Sistema Diretivo e de Planejamento que o Plano Operativo está sendo utilizado com real proveito para orientar a aquisição de dados e informações indispensáveis aos Relatórios de Acompanhamento no que tange ao atingimento de metas, sobre os custos e financiamento da programação, prestando-se, assim, para gerar insuamos de avaliação úteis às decisões no ano em exercício ou subsequente.

Este ano, chegou-se a um consenso de que os Planos Operativos das fontes financiadoras já estando elaborados e em execução, necessitavam, no entanto de um referencial integrador das partes operativas que configurasse a síntese da ação da oferta da Secretaria em benefício de população demandante. Concluiu-se, então, pela produção de um documento que enfatizasse uma visão panorâmica com objetivos, ações e recursos previstos para 1981 e que motivasse o esforço somado dos componentes dos subsistemas diretivo e de planejamento, técnico, operacional e administrativo e dos Programas Especiais.

Caracteriza-se, também, em fazer elo de ligação com o trabalho do ano anterior. Preocupa-se, em suma, o PO/SE/1981 com o acompanhamento, avaliação e controle da ação planejada pela Secretaria de Educação para que realmente aconteça a melhoria do ensino público.

Sabe-se, de há muito, que a avaliação educacional é um teste de racionalidade de decisões do processo de planejamento to e administrativo. Esta racionalidade deve alcançar duas dimensões que se completam: a de eficiências e a de eficácia. A eficiência se refere a produtividade, ao desempenho e rendimento obtidos com a execução dos projetos. A eficácia liga-se ao valor, à relevância e à utilidade social dos objetivos propostos. Significa estar em que medida o projeto proposto atende às exigências das aspirações sócio-econômicas e políticas.

Tornou-se tradição para a Secretaria de Educação avaliar-se a nível de superfície, isto é a nível de valor meios e não de valores fins de eficiência, mantendo-se distância da realidade sócio-econômica que a envolve. E-se reducionista da realidade. Trabalha-se com um horizonte interno limitado de uma educação formalizada. Avalia-se ainda com heroísmo a manutenção de uma educação formalizada, com educadores formalizados, especialistas formalizados e currículo formalizado. Para onde, no entanto, se quer levar o "barco" da educação? Que se quer mudar mesmo?

Numa tentativa de dar um balanço no comportamento e desempenho da oferta de educação, em 1980, traduzida em projetos, programas e atividades, muitos dados e informações alimentaram a discussão e reflexão de dirigentes e técnicos da Secretaria no Seminário do Plano Operativo 1980 da Secretaria sobre o que se fez, o que não se fez e porque não se fez.

Condensou-se o discutido e o refletido em quatro tópicos de avaliação: de contexto, de entrada, de processo e produto:

Não seria hipótese absurda afirmar-se que os grandes problemas de contexto indicados no diagnóstico do PEE 79/83 que afligem a educação continuam os mesmos, ou talvez, até agravados. O indicador de tudo isso: a evidência dos fatos.

Sabe-se também que a responsabilidade deve ser dividida ou compartilhada, porquanto, pela própria condição de pertencer ao sistema maior (o contexto sócio-econômico) que esta em crise, seria até um paradoxo em setor, um segmento da sociedade ir bem.

Situada numa região (nordeste), carente, num estado carente sócio-economicamente, seria até curioso num contexto desse uma educação em estado de hígidez. As relações de interdependência se impõem. E problema de visão e consciência. Os

condicionamentos sócio-econômicos afetam o sistema educacional, O "status quo" continua, pouco melhorado, a espera de grandes estratégias que o modifiquem significativamente. Está aí o problema da seca desafiando técnica e politicamente os governos cearenses.

Continua-se desinformado ou não suficientemente informado, quer em relação ao ambiente interno, quer em relação ao ambiente externo, planejando e decidindo sem participação dos necessitados e com pouca comunicação com o mundo extra secretária, com a comunidade;

- outro problema de contexto: o problema de recursos humanos suficientes e capacitados;

- outro problema: o de valorização do pessoal da educação: a educação tornou-se mercado de emprego de todos os setores; há o professor contratado para qualquer trabalho e o professor fungão. E surgiu o artifício inteligente do "pô-de-giz" para que o professor seja professor;

- outro problema de contexto: a falta de racionalidade e racionalização de administração e do planejamento de educação.

A Coordenação de Pesquisa da Secretaria, entrevistando do um matuto, para subsidiar o planejamento da zona rural (e que serve também para a periferia urbana, ou seja para escola pública) registrou uma pergunta muito interessante:

"Vocês dizem que querem organizar a zona rural, e por que não organizam?"

E na zona urbana, indaga-se, frequentemente: "Por que o resultado do nosso trabalho e dos recursos públicos gastados não chega a escola?" "Por que a escola da Ana e do Ze não é a de nossos filhos?"

Talvez a resposta tenha sido dada por um agricultor da zona rural de Minas ao ser entrevistado: "Cigo, o que é educação?" Ele respondeu: A pronuncia é a mesma para nós dois, mas a significação não é a mesma. Quando o senhor fala educação para quem pode (escola particular) é uma coisa e para quem não pode (escola municipal) é outra. Disse ainda ele: "O que é que a escola ensina, meu Deus? Tem vez que eu penso que pra os pobres a escola ensina o mundo como ele não é...".

Recuperação é termo ainda só de avaliação de alunos, mas que talvez devesse atingir a todos, quando falhassem planejadores, administradores ou executores.

Numa rápida avaliação de processo, constatou-se uma preocupação predominante com o acompanhamento e o controle físico e financeiro: estágio de execução das metas, desvios, causas e despesas financeiros.

Adverte-se, no entanto, que, nem sempre a ideia de processo inclui a de progresso, como, por exemplo: gastar por gastar, etc.

As causas mais incidentes dos desvios na programação da Secretaria de Educação, em 1980, relacionaram-se como:

PROGRAMAÇÃO FÍSICA

- metas incompatíveis com condições operacionais no que se refere a tempo, recursos financeiros e recursos humanos;

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

- atraso na liberação de recursos
- aumento de custo de metas
- metas subestimadas

CAUSAS INSTITUCIONAIS LEGAIS

- problemas com órgãos intervenientes nos projetos
- problemas legais

RECURSOS HUMANOS

- carência de técnicos qualificados
- deslocamento de pessoal para outros projetos

TÉCNICAS E MÉTODOS

- articulação deficiente entre a equipe de execução do projeto e as equipes de participação e suporte
- indefinição de GTs para execução das metas
- falta de desempenho gerencial
- omissões nas decisões exigidas pelos projetos
- assessoramento assistemático para alguns projetos
- injunções políticas
- dificuldades na aquisição de terrenos para construção de obras

OUTRAS CAUSAS

- falta de apoio das DERs aos OMBs
- incapacidade para transferir recursos às prefeituras
- retenção dos recursos pelos bancos e prefeituras no interior
- prestação de contas defasadas
- dificuldades para adquirir, guardar e distribuir material.

Numa ressumida avaliação de produto, pôde-se constatar nas fichas de acompanhamento muitos resultados atingidos, viáveis, concretos e inaugurados.

O Relatório de Realizações divulgado pela SF encerra uma síntese.

Muitos insumos se prestam, no entanto, para melhorar a administração e o planejamento do sistema. Citam-se alguns:

- existência de profissionais competentes, interessados e responsáveis pela educação no órgão central da SF, nas DERs e nas Escolas;
- o Modelo sistêmico escolhido pela SF, quando devidamente implantado favorecerá o trabalho cooperativo;
- os projetos já elaborados e em execução, em 1980, sobretudo o Sistema Diretivo e de Planejamento com seus objetivos, metas, especificações e cronogramas definidos poderiam dar solução a muitos problemas ou desvios apontados;
- o balanço crítico feito por dirigentes, coordenadores, técnicos e assessores da SF, enfatizando a autocrítica dos componentes dos sistemas será útil ao desempenho da SF, em 1981;
- as recomendações feitas no Seminário do P.O. da SF/1981, sugerindo medidas e providências a serem tomadas apresentam pistas para melhorar o sistema.

Destacam-se:

- reativação da modernização administrativa, com fortalecimento das funções e competências dos órgãos e sistemas da SF;
- assessoramento e cooperação técnica mais efetivo e sistemático, dados pela APC aos diversos órgãos da SF;
- recursos humanos suficientes e qualificados para o DAA e CEDIN;
- reforço de dotações para SF;
- alocação de recursos financeiros ordinários para o DAA, CODERE e DERs;
- articulação interdepartamental e extradepartamental, com maior intercâmbio entre os níveis central, intermediário e local do sistema;
- solicitar as fontes financiadoras a liberação de recursos nos prazos previstos;

- criação de CTS para execução de algumas metas;
- treinamento para o pessoal das DERES;
- assegurar a canalização de recursos para a escola;
- captar das escolas, através das DERES as suas necessidades mais prementes no sentido de atender-las mais adequadamente em termos de tempo e efetividade.

2.3. PROGRAMA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

- Modernizar os sistemas de planejamento e administração da Secretaria para tornar viável a consecução da política educacional do Estado;
- Descentralizar o processo de planejamento e administração dos serviços educativos para as DERs, Municípios e Unidades Escolares a fim de assegurar uma maior participação e integração de todos os níveis;
- Aperfeiçoar a administração do ensino municipal com vistas à concretização do planejamento participativo e a expansão e melhoria do ensino rural;
- Melhorar o desempenho dos recursos humanos da Secretaria mediante a adoção de uma política de aperfeiçoamento, de otimização da capacidade de trabalho e de incentivos salariais, com vistas a elevação dos padrões de ensino;
- Dinamizar o sistema de informações estatísticas e gerenciais adequando-as às necessidades específicas do planejamento e administração do sistema educacional

- Equipamento, reequipamento e manutenção de salas para educação pré-escolar;

- Expansão e melhoria do atendimento para 1.132 deficientes auditivos, visuais físicos e mentais;

- Construção de 06 salas para educação especial;

- Reequipamento e manutenção de classes especiais;

- Implantação e implementação de cursos e exames supletivos a nível de 1º e 2º graus nas 13 DERs;

- Equipamento e manutenção do sistema de ensino supletivo;

- Promoção dos Jogos Estudantis Brasileiros com participação de 165 alunos atletas e 825 professores da Rede Estadual e dos 50

80s Intermunicipais;

- Expansão da oferta de Ensino do 1º grau, através da aquisição de 12.274 vagas ociosas em 116 estabelecimentos de 1º grau, da

Rede Particular da capital e interior;

- Auxílio e Entidades Particulares de 2º Grau;

- Implementação de programas de assistência ao aluno carente das Escolas da Rede Estadual, tais como: caixa escolar, bolsas de

estudo, distribuição de merenda e material escolar, assistência odontológica e social (APMCs);

- Adaptação e equipamento de 01 Centro Odontológico na Escola de 1º Grau Paulo VI;

- Reequipamento e manutenção de 65 consultórios odontológicos da Rede Escolar do Estado;

3.2 - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO NA ZONA RURAL

- Elaboração e produção de material instrucional com vistas a qualificação de professores não titulados;

- Impressão de 410.995 cartilhas e livros-textos para os alunos matriculados nas escolas de 1º grau (1a. a 4a.série) localizada

das na zona rural e impressão de 10.000 volumes do Programa de Ensino para zona rural;

- Desenvolvimento de uma experiência para implantação de um Sistema de Supervisão para o meio rural na Região dos Sertões Cearenses;

- Implementação do Programa de Ensino para Zona Rural nos Municípios das UEP's de Baturité, Quixeramobim, Inhambuns, Salgado e Cariri;

- Testagem da Cartilha e treinamento de 15 Supervisores Municipais em 05 municípios da Região do Cariri;

- ampliação com equipamento de 18 UEs de 1º grau (1a a 4a série) localizadas na zona rural;
- Desenvolvimento de atividades de apoio a Equipe Central responsável pelo Programa de Educação Rural (PRORURAL).
- Ampliação das Escolas Agrícolas de Lavras da Mangabeira e de Mombaga;
- Aquisição de equipamento para 04 Escolas Agrícolas do Estado;
- Implantação de 41 Unidades de Produção nas 04 Escolas Agrícolas e manutenção das 21 existentes;
- Realização de 01 Seminário de Ensino Agrícola do Ceará e treinamento em serviço de 40 funcionários permanentes as Escolas Agrícolas;
- Capacitação de pequenos produtores e trabalhadores rurais para o desenvolvimento de atividades ligadas ao Setor Primário.

3.3 - PROGRAMA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

- Conclusão da implantação do Estatuto do Magistério, mediante elaboração e publicação de todos os Decretos de transição;
- Implantação parcial do Plano de Classificação de Cargos do pessoal administrativo efetivo da Secretaria;
- Aperfeiçoamento do processo de coordenação, execução e avaliação do PEE, mediante:
 - o desenvolvimento do planejamento estratégico;
 - a coordenação do planejamento;
 - o desenvolvimento de atividades de assessoramento;
 - a revitalização da modernização administrativa;

- Fortalecimento do processo de descentralização, através:
 - da realização de 02 Encontros Regionais com as 13 DERES e 01 Encontro para as DERES de Quixadá, Fortaleza, Itapipoca e Iguaçu e encontros pedagógicos em todas as DERES;
 - equipamento das DERES de Tauá, Itapipoca e Cratueiras;
 - apoio técnico e financeiro às DERES de Quixadá, Itapipoca, Iguaçu e Fortaleza;
- construção das DERES de Cratueiras e Fortaleza;

- Elaboração de diretrizes norteadoras para a operacionalização do planejamento global de 1.089 UEs de 1º grau e 37 de 2º grau da rede estadual;
- Realização de treinamento integrado em 100 estabelecimentos de ensino de 1º grau, das quais 83 em Fortaleza, 03 em Limoeiro do Norte e 14 em Sobral;
- Atualização dos diretores das 37 Escolas de 2º grau da Rede Estadual;

escolas de 1º grau das DERES de Fortaleza, Sobral, Tianguá e Cratús.

- Apoio a 1.098 Unidades Escolares de 1º Grau e a 18 de 2º Grau para o desenvolvimento de suas atividades pedagógicas e administrativas;

- Conclusão, equipamento e instalação do Centro de Treinamento da Secretaria e capacitação de 28 funcionários do Centro para o desempenho de suas atividades;

- Melhoria do processo de modernização administrativa, mediante a implantação da "RAIS" em computação, o fortalecimento das Divisões de Pessoal, Material e Conservação e Reparos;

- Produção e análise de dados dos anos de 1980 e 1981 relativos à Educação Pré-Escolar, 1º e 2º Graus Regular e Ensino Superior;

- Produção de dados relativos à Educação Especial e Ensino Supletivo;

- Divulgação de dados do ano de 1980, relativos à Educação Pré-Escolar, 1º e 2º Graus Regulares e Ensino Superior;

- Cooperação técnica a 13 NURDINS e a 19 SIEMS;

- Fortalecimento dos mecanismos de cooperação técnica e assistência financeira a 140 municípios mediante:

- treinamento para 156 técnicos;

- realização de 02 seminários com prefeitos e DERES;

- realização de 07 Encontros de Planejamento e Avaliação;

- equipamento para 04 SIEMS e 11 OMES;

- suplementação salarial para 13.109 professores municipais;

- Implantação e/ou fortalecimento de 26 OMES da área de abrangência do EDURURAL;

- Realização de coleta e apuração dos dados indispensáveis a mensuração dos objetivos de acesso e eficiência para o Projeto de avaliação do Programa de Educação Rural em 26 Municípios da Região do Cariri;

- Testagem do material ensino-aprendizagem (Cartilha) em conjunto com o Programa de Ensino para zona rural, em 05 municípios da Região do Cariri;

- Planejamento da Rede Física Escolar em 26 Municípios da Região do Cariri;

- Atualização de 30 professores de 1ª série e 60 de 2ª série em exercício nas Escolas do PIMN (Perímetro Irrigado de Morada Nova);

- Manutenção de equipamento e aquisição de material gráfico e de consumo para as Escolas do PIMN;
- Contratação de serviço de 02 ônibus para facilitar o acesso dos professores as Escolas do PIMN;
- Manutenção do pessoal técnico-administrativo responsável pelo sistema escolar do PIMN.

